

O VILÃO DA HISTÓRIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 18.04.1980

Parecia muito claro para o Governo Federal, representado por seu Ministro do Planejamento, que o combate à inflação só poderá ser bem sucedido se os lucros, ou os salários, ou ambos forem reduzidos. Reduzir os rendimentos das classes sociais significaria diminuir diretamente o ritmo de aumentos dos preços na medida em que a inflação tem um forte componente de administração monopolista de preços. Além disso, implicaria em comprimir a demanda agregada, contribuindo também desta forma, subsidiariamente, para controlar a alta dos preços. Por outro lado, até há alguns dias o Governo parecia ter tomado a decisão política de não cobrar dos trabalhadores a redução dos salários.

Tudo indica, porém, que essa decisão acaba de ser abandonada com a declaração do Ministro do Planejamento de que o cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) será modificado com a exclusão dos “aumentos dos preços do petróleo determinados pela OPEP”, na medida em que estes aumentos são “um imposto geral que todo mundo tem que pagar e não há outro remédio... se reajustarmos os salários integralmente aos níveis de preço ninguém paga nada e vamos continuar com a inflação” (Folha de S. Paulo, 16 de abril de 1980).

A Folha de S. Paulo noticiou a nova política salarial na primeira página com a manchete: “Delfin anuncia novo arrocho de salários”. E de fato, a decisão de excluir certos aumentos de preço do INPC tem exatamente esse sentido: arrocho salarial, fazer com que os trabalhadores voltem a pagar a conta de inflação, já que os capitalistas, em sua qualidade de classe dominante, recusam-se a fazê-lo.

Sem dúvida o Ministro tem procurado obrigar os capitalistas a pagarem essa conta, mas sem êxito. Aplicou um redutor sobre a taxa de juros, tabelando-a, mas os bancos,

pressionados pelos aplicadores, estão cobrando sistematicamente taxas mais alta do que a permitida; aumentou os controles do CIP, mas as empresas não cumprem corretamente as decisões daquele órgão; elevou alguns impostos moderadamente, mas foi obrigado a reduzir ou eliminar outros, como aconteceu com o imposto de exportação sobre a soja; vem tentando reduzir o crédito, mas empresas e agentes financeiros resistem o que podem à diminuição da liquidez. Todas essas medidas foram cautelosas senão tímidas. Fez mais apelos do que tomou decisões drásticas. E encontrou sempre a maior resistência possível. Alguns dos seus auxiliares, formados em escolas econômicas ortodoxas, ameaçaram com restrições violentas no crédito, e até emitiram resoluções nesse sentido, mas é claro que estas medidas recessivas não terão vigência porque são inaceitáveis para a burguesia, e o Ministro do Planejamento sabe muito bem disso.

Na verdade a classe dominante agiu como era de se esperar, especialmente quando o Governo falta legitimidade e credibilidade. Defendeu seus interesses. Confundi-os com os interesses gerais da sociedade. Descobriu afinal o vilão da história da inflação e ficou aguardando uma boa oportunidade para passar ao ataque.

O ataque só poderia ser dirigido aos trabalhadores e aos seus salários, ou seja, à única alternativa à própria burguesia e aos seus lucros, juros e aluguéis. A oportunidade surgiu com dois fatos: a divulgação do índice de inflação de março que elevou-se em 6,2% (índice geral de preços da FGV); e a greve dos metalúrgicos do ABC, que conseguiram modestos 7% de aumento da produtividade (cerca de 3% acima da elevação geral de produtividade em 1979) mas continuam em greve exigindo também uma certa estabilidade que não torne o aumento real de salários fictício. Em função desses fatos orquestrou-se imediatamente na grande imprensa capitalista uma campanha a favor da revisão da política salarial, “que não resolvia o problema social e era inflacionária” como se uma lei pudesse resolver o problema da luta da classe! Os economistas orgânicos da burguesia fizeram coro. Os economistas oficiais, que fazem parte desse grupo mais amplo de tecnoburocratas orgânicos, viram na campanha uma dupla vantagem: de um lado recuperavam maior grau de manobra em sua política econômica; de outro reduziram o grau de conflito com a classe dominante que representam.

O resultado foi anúncio de que o cálculo do INPC será alterado. Tal revisão provavelmente é ilegal. Mas deixemos este problema para os juristas, se possível os não-orgânicos da burguesia. Surpreendentemente é a justificativa econômica do Ministro do Planejamento. De fato podemos considerar que um aumento dos preços do petróleo determinado pela OPEP, na medida em que provoca uma deterioração dos termos de intercâmbio do Brasil (preços médios dos produtos importados crescem em relação ao preço dos exportados), pode ser considerado um “imposto” sobre os brasileiros. Mas este imposto, desde que não seja financiado por mais endividamento externo, terá que se refletir em menores importações relativas para um mesmo volume de exportações. Em consequência o aumento anual da renda nacional deverá diminuir, reduzindo-se assim o aumento da renda por habitante e portanto da produtividade nacional. Se esta redução relativa da produtividade ocorrer, os aumentos de salários decorrentes dos incrementos de produtividade serão menores. Dessa forma também trabalhadores pagarão pelo aumento dos preços de petróleo. A produtividade, entretanto, nada tem a ver com o INPC. A lei deixou isto muito claro, com muita razão. O INPC visa restituir o poder aquisitivo ao salário; o índice de produtividade visa garantir aos trabalhadores participação nos ganhos de produtividade e assim impedir a concentração da renda.

Uma deterioração dos termos de intercâmbio terá reflexos no índice de produtividade, baixando-o. Nada tem a ver nem nada deve ter a ver com o INPC. Mas é claro que a lógica econômica nem sempre é politicamente lógica, especialmente se esta “lógica” for definida a partir dos interesses e da ideologia das classes dominantes.

O projeto de um novo arrocho salarial está, portanto delineado. A burguesia pressionou por ele em nome, evidentemente, do combate à inflação e não da preservação dos lucros. A tecnoburocracia encontrou a fórmula (ou imagina tê-la encontrado) e suas justificativas econômicas para realizá-lo. Resta agora saber se os trabalhadores aceitarão esta mudança na política salarial. Parece pouco provável, não apenas porque as condições política hoje são muito diferentes, mas também porque as suas justificativas econômicas são obviamente muito frágeis.(18/04)